



ENTREVISTA DA SEMANA
Diplomata Mauro Vieira
Ministro das Relações Exteriores do Brasil
"Alta diplomacia retoma protagonismo do Brasil na geopolítica global" Pág. 3



ELEIÇÕES 2024



Foto: Assessoria

Eduardo Botelho confirma que vai disputar a prefeitura de Cuiabá pelo PSD

Após reunião com lideranças de vários partidos no feriado da semana passada, o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso disse que irá para o PSD, do ministro Carlos Fávaro - Pág. 5

SEM CONFLITO

Aécio nega qualquer desentendimento com Jayme e diz que apenas está cumprindo ordem do União

Citado como "pivô" da renúncia do deputado Dilmar da secretaria-geral do União Brasil Pág. 7



Foto: Reprodução

ESCOLAS FECHADAS



Secretário de Educação é pressionado por mudanças na política de "redimensionamento" que fecha escolas em MT

Alan Porto disse em audiência pública na Assembleia Legislativa que vai criar uma comissão para discutir solução para as demandas apresentadas pela sociedade e comunidade escolar - Pág. 8

JUSTIÇA PARA TODOS



Foto: Assessoria

Advocacia pública do estado ganha reforço de mais 10 defensores e defensoras concursados

Foram nomeados e empossados aos cargos no quadro da Defensoria Pública de Mato Grosso (DPMT), 10 nos novas defensoras e defensores e mais 10 servidores públicos. O grupo faz parte dos aprovados e já convocados do VI Concurso para seleção de defensores e II Concurso para seleção de servidores de apoio administrativo do órgão. A solenidade de posse foi realizada no Teatro Zulmira Canavarros na semana passada e contou com a presença de autoridades do Judiciário e demais órgãos autônomos, além de familiares dos empossados. [Leia mais na página 4](#)

CHARGE DA SEMANA



Grandes estratégias de marketing merecem um veículo multimídia mais eficiente



Sua mídia ao alcance do seu público alvo. Anuncie com a gente!

Luciano Vacari
Gestor de agronegócios

“ **Identificar e certificar rebanho do Pantanal, do Guaporé e do Araguaia pode ser uma forma para criar identidade aos produtos, assim como fizeram os produtores dos Pampas Gaúchos que possuem a Identificação Geográfica do gado da região.** ”

Feito no Brasil, pelos brasileiros

Os produtos com Indicação Geográfica (IG) brasileira têm a região produtora reconhecida como um diferencial de origem, qualidade e identidade cultural, e temos aqui vários bons exemplos como o vinho, o café, a cachaça e o queijo. Mas apesar do sucesso, continuamos a desperdiçar uma oportunidade enorme de mostrar ao mundo os mais diversos produtos feitos no Brasil.

A indicação geográfica é um instrumento internacional utilizado para agregar valor a um produto, proteger a região e os produtores e atestar aos consumidores a origem e a qualidade do que estão comprando. Outro importante instrumento à disposição dos produtores e consumidores é o selo de identificação artesanal, que apesar de ter sido criado em 1950, somente em 2022 teve sua regulamentação pelo governo brasileiro.

Os produtos artesanais são elaborados com matéria-prima de origem animal, de produção própria, fabricados com a utilização de técnicas predominantemente manuais por indivíduo que detenha o domínio integral do processo produtivo e utilize receita preferencialmente tradicional respeitando as características regionais e costumes.

No Brasil, alguns produtos usufruem desta ferramenta, como é o caso do queijo da Canastra. Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o queijo da Canastra é reconhecido internacionalmente. Assim como a cachaça brasileira, que também possui IG da região de Salinas, em Minas Gerais.

Mas quando analisamos estes produtos certificados, observamos que eles possuem muitas coisas em comum, principalmente o fator cultural, afinal o selo artesanal ou a identidade geográfica são ferramentas para perpetuar os costumes e atividades de regiões e comunidades que possuem importante papel histórico, econômico, social e ambiental no Brasil.



As regiões Sul, Sudeste e Nordeste estão bastante avançadas neste processo de reconhecimento da originalidade de seus produtos, porém há poucos registros nas regiões Centro-Oeste e Norte. Será que estamos tão carentes assim de originalidade?

As riquezas do interior do Brasil têm grande potencial, mas ainda faltam iniciativas coletivas, associativistas e que valorizem o conhecimento passado de geração em geração.

Na pecuária, por exemplo, não existe um modelo produtivo mais verde e integrado ao meio ambiente do que a criação de gado nos campos brasileiros. A atividade é realizada em harmonia com os ecossistemas, garante o sustento das famílias e ainda tem como diferencial a carne com sabor específico dos bois criados a pasto.

Identificar e certificar rebanho do Pantanal, do Guaporé e do Araguaia pode ser uma forma para criar identidade aos produtos, assim como fizeram os produtores dos Pampas Gaúchos que possuem a Identificação Geográfica do gado da região.

E podemos ir além, por que não certificar a procedência da carne brasileira? A pecuária nacional é a atividade que está presente em todos os municípios do país, foi importante instrumento de ocupação do território, para produção de alimentos e desenvolvimento social. Sem falar que a carne brasileira tem características próprias que a tornam uma iguaria singular.

Mostrar de onde veio pode ser o diferencial para valorizar os produtos originais do Brasil, gerando renda para o campo e garantindo qualidade na mesa do consumidor.

Luciano Vacari
é gestor de agronegócios

EDITORIAL

Garimpos ilegais e leis frouxas

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Polícia Federal concluíram a chamada “Operação Drakkar”, uma ação fiscalizadora intensiva de três dias na região da Amazônia Legal mato-grossense. O foco especial foi sobre a região norte do estado, onde os alvos principais eram os garimpos clandestinos.

No rio Teles Pires, na altura do município de Paranaíta, as equipes de fiscalização ambiental flagraram uma quantidade impressionante de frentes garimpeiras ilegais. Os criminosos estavam extraindo ouro do leito do rio.

Durante a operação, se constatou que os garimpeiros ilegais estavam operando dentro de áreas de Reserva Ambiental e de Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Além do crime ambiental, constatou-se que o ouro extraído desses garimpos clandestinos alimenta uma extensa e complexa rede de crimes tais como o contrabando do metal precioso, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro.

Há ainda a suspeita da polícia e do Ministério Público de que parte das frentes garimpeiras ilegais seja bancada por dinheiro do narcotráfico via facções criminosas como o PCC e o Coando Vermelho.

Na Operação Drakkar, localizadas, apreendidas e destruída 20 balsas que operavam com dragas (conjunto motor-bomba de recalque) que mineravam o leito do rio Teles Pires e de alguns de suas afluentes. Segundo levantamentos preliminares da coordenação da operação fiscalizadora, apenas os danos ambientais imediatos causados pelos garimpos ilegais ultrapassam os R\$ 20 milhões. A destruição dos equipamentos dos grupos criminosos, no entanto, geraram um prejuízo estimado em apenas R\$ 5 milhões.

Ninguém foi preso. Os supostos responsáveis pela garimpagem criminosa, se identificados, julgados e condenados, no entanto, poderi-

“ **Há ainda a suspeita da polícia e do Ministério Público de que parte das frentes garimpeiras ilegais seja bancada por dinheiro do narcotráfico via facções criminosas como o PCC e o Coando Vermelho.** ”

am ser penalizados, no máximo, a seis anos de prisão e multas.

Eis a causa da continuidade da proliferação dos garimpos ilegais no Brasil. As leis são excessivas frouxas para o tipo de crime que decorre da atividade clandestina de garimpagem em áreas de preservação ambiental. Os financiadores dos garimpeiros ilegais nunca são punidos quando uma frente criminosa de extração mineral é desmontada pela fiscalização. Os prejuízos com a perda de maquinários e interrupção da atividade por alguns dias ou, no máximo, meses como ocorre na região norte de Mato Grosso e do país é muito baixo para os lucros bilionários que a garimpagem ilegal proporciona. Um exemplo: apenas uma organização criminosa garimpeira que atua no território Yanomami teria movimentado mais R\$6 bilhões nos últimos quatro anos.

Enquanto isso, em Mato Grosso, a sociedade assiste preocupada e indignada, a movimentação das autoridades estaduais (Executivo e Legislativo) vai na contramão do bom senso e até da legalidade para flexibilizar ainda mais a legislação que restringe a mineração em áreas de proteção e reserva ambiental.

Sem argumentos sólidos, algumas autoridades tem feito verdadeiros malabarismos verbais para defenderem o fim da única “punição” prática a quem tem cometido reiteradamente esse tipo de crime: a perda e destruição total de maquinários e equipamentos de organizações criminosas flagradas cometendo crimes de garimpagem clandestina e de extração ilegal de madeiras. Infelizmente, essa é uma realidade que ainda parece longe de mudar em nosso estado.

Maykom Milas

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas
DEPTO COMERCIAL 3052-6030 / 3052-6031

DIRETORA FINANCEIRA Thayla Moraes

FOTOS Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE Kleber Simioni

CHARGE Fred

PAUTA redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

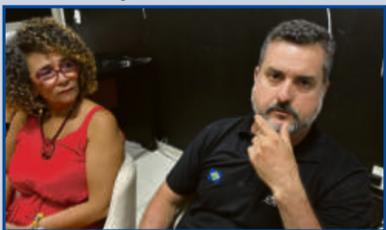
PINGA FOGO



Máfia do Fisco

Acusada de ser uma das principais integrantes da chamada "Máfia do Fisco", Leda Regina de Moraes, foi absolvida pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso da condenação por ato de improbidade administrativa no esquema. A decisão é da Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo do TJMT. Leda havia sido condenada em 2022 em uma ação que apurou o prejuízo de R\$ 15,6 milhões ao Fisco estadual. Ela foi sentenciada ao pagamento de multa de R\$ 50 mil e suspensão dos direitos políticos por cinco anos. Além dela, também foram condenados o contador Jair de Oliveira Lima e os frigoríficos Vale do Guaporé, Frigorífico Guaporé Indústria e Comércio de Carnes e Indústria e Comércio de Carnes Portal do Vale Ltda. O voto do relator, o juiz convocado, Edson Dias Reis é uma pérola de condescendência judicial: "A mera afronta à legalidade não demonstra, de forma inequívoca, o impeto da servidora Leda Regina em beneficiar as empresas e causar lesão ao erário, não se podendo condená-la apenas pela conduta irregular e omissiva durante o exercício de suas funções." Um caso típico em que a desonestidade ganha o perdão tácito da Justiça.

Subiu à cabeça



O professor Robinson Ciréia, que não conseguiu se eleger vereador, terminando como primeiro suplente do PT, assumiu a cadeira no lugar da vereadora eleita Edna Sampaio, do mesmo partido, que foi cassada em um processo nebuloso e cheio de falhas de legalidade. Até aí, tudo em ordem. A coisa começou a desandar quando, menos de 15 dias após tomar posse, Ciréia sentiu o poder transbordar pelos poros e, ignorando o fato de que o processo de cassação da colega está ainda subjúdice – há recursos judiciais aguardando sentença do Tribunal de Justiça – decidiu que não vai manter os acordos firmados com a companheira afastada e nem respeitar as regras da boa convivência que a situação delicada exige. Como um de seus primeiros atos no cargo de vereador, Ciréia exonerou oito servidores de Edna e, para completar, mandou trocar todas as fechaduras do gabinete. Uma situação que ainda vai gerar muito desgaste para o novato e dar munição para os adversários continuarem a massacrar o PT cuiabano.

Fluxo financeiro



A interventora na saúde no município de Cuiabá, Danielle Bertucini Carmona, garante que já resolveu mais de 71% da principal causa da intervenção do Governo do Estado imposta à Secretaria de Saúde da capital, que era a falta de nomeação dos profissionais de saúde aprovados em concurso público. Segundo Carmona, foram aprovados 1861 candidatos no último concurso e desse total já foram convocadas 1321 pessoas. O concurso ofertou nada menos que 2.162. A interventora disse que a falta de fluxo financeiro é ainda o principal gargalo que impede a convocação de 100% dos aprovados. Detalhe: esse é o mesmíssimo argumento usado pelo prefeito Emanuel Pinheiro na defesa contra a intervenção. O prefeito foi ignorado pelo Ministério Público e pelo Judiciário. Será que agora vão aceitar a desculpa da interventora? Quer ver? Então escuta aí...

Contas bem feitas



A Assembleia Legislativa do Mato Grosso (ALMT) em sessão plenária realizada na quarta-feira, 01, aprovou por unanimidade, as contas anuais de gestão do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). O balanço do exercício de 2022, primeiro ano da gestão do presidente do órgão, conselheiro José Carlos Novelli apresentou superávits orçamentário e financeiro e disponibilidade para honrar com as obrigações de curto prazo. As contas do TCE-MT recebeu parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária do Legislativo. Ao longo do período, foi constatada ainda economia orçamentária, transparência dos atos e inexistência de irregularidades. E os fiscais de contas fazendo o dever de casa com esperança. Ponto para a gestão Novelli na Corte de Contas.

Sonhando alto



A vereadora de Cuiabá, Maysa Leão (Republicanos), segue sonhando alto. Com seu nome cogitado para ser candidata a vice em uma eventual chapa do deputado Eduardo Botelho, Maysa Leão torce ferozmente para que o presidente da Assembleia Legislativa saia, de fato, do União Brasil. Para parlamentar, sua candidatura a vice de Botelho ganharia viabilidade instantânea caso Botelho migre para o PSD, abrindo espaço para o seu partido ganhar a vaga de vice. A jovem vereadora e neófito na política só não considera o fato de que, para viabilizar a própria candidatura, Botelho terá que negociar pesado com legendas com muito maior peso e cacife eleitoral que o Republicanos. Bom é que sonhar não custa nada mesmo, exceto alguns amargos e tristes despertares...

DIPLOMATA MAURO VIEIRA Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Alta diplomacia retoma protagonismo do Brasil na geopolítica global



O diplomata Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil é formado pelo Instituto Rio Branco, bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense e doutor honoris causa em Letras pela Universidade de Georgetown (Washington, DC). Foi embaixador do Brasil na Croácia no período de 2020 a 2022 e liderou a equipe diplomática brasileira na Argentina (2004-2010), nos Estados Unidos da América (2010-2015) e nas Nações Unidas (2016-2022). Alçado ao cargo de ministro das Relações Exteriores do Brasil pelo presidente Lula, tem sido peça fundamental na reconstrução da imagem do país como agente de peso na geopolítica internacional e uma voz proativa na resolução de conflitos como a Guerra Rússia/Ucrânia e Israel/Árabe-Palestina e em temas como desenvolvimento econômico, combate à fome e pobreza, meio ambiente, direitos humanos e integração internacional. Nesta entrevista, originalmente concedida à revista do Tribunal e Contas da União (TCU), o ministro fala sobre o papel da diplomacia nesta retomada do Brasil como protagonista e líder nas discussões de problemas globais.

“ A instrução do Presidente Lula [para a diplomacia] é a de que nossa prioridade deve ser a de reconstruir pontes entre o Brasil e o mundo. Já nos primeiros meses de gestão, as pontes entre os principais atores globais da geopolítica e economia foram reconstruídas. Voltamos a trabalhar nos projetos e iniciativas que interessam ao Brasil e que são ditadas pelo interesse nacional. ”

■ | Da Redação

CO Popular - No governo anterior, segundo muitos especialistas, houve uma ruptura dos padrões diplomáticos e da política externa brasileira. Quais as perspectivas da diplomacia no terceiro Governo do Presidente Lula?

Ministro Mauro Vieira - Já está em pleno andamento, desde o dia 1º de janeiro, a retomada de linhas tradicionais de política externa e de diplomacia presidencial do Brasil, que, nos últimos anos, haviam sido substituídas por uma antidiplomacia que somente trouxe prejuízos ao país. Essa antidiplomacia nos levou a uma situação de isolamento inédita; chegamos a ter um Ministro das Relações Exteriores que ousou vangloriar-se, publicamente, da condição de pária internacional. Foi um choque para a diplomacia brasileira – conhecida pelo profissionalismo – sobreviver a esse retrocesso e passar por essa experiência, mas a página foi virada com as eleições e com a posse. De lá para cá, a instrução do Presidente Lula [para a diplomacia] é a de que nossa prioridade deve ser a de reconstruir pontes entre o Brasil e o mundo. Já nos primeiros meses de gestão, as pontes entre os principais atores globais da geopolítica e economia foram reconstruídas. Voltamos a trabalhar nos projetos e iniciativas que interessam ao Brasil e que são ditadas pelo interesse nacional, e não por sectarismos e bravatas que não levaram a nada de positivo.

CO Popular - A diplomacia brasileira sempre teve papel de destaque nos governos anteriores do Presidente Lula. Quais os principais desafios para consolidar a imagem do Brasil como um player importante no cenário internacional?

Ministro Mauro Vieira - O fim do isolamento já é uma realidade, felizmente. O Brasil voltou ao centro do debate global, e tem sido muito bem recebido. Manifestações dos meus colegas chanceleres têm sido muito eloquentes nesse sentido – de que o Brasil fazia falta. Agora chegou o momento de aproveitar os canais de diálogo reabertos para propor temas que são caros ao país, em áreas como o desenvolvimento sustentável, a democracia, a mudança climática, o resgate do multilateralismo comercial e político e a construção da paz. Teremos uma grande oportunidade em 2024, para a qual já estamos nos preparando internamente: no ano que vem o Brasil presidirá o G20; é uma tarefa que dura o ano inteiro e que nos permitirá propor assuntos prioritários e possíveis soluções para alguns dos desafios da realidade global de hoje.

CO Popular - Muitas potências internacionais manifestaram apoio ao Governo do Presidente Lula depositando nele esperanças de retomada do enfrentamento da crise climática mundial. Como o governo pretende lidar com essa questão e quais ações específicas estão sendo adotadas?

Ministro Mauro Vieira - O governo do Presidente Lula tem adotado, desde o primeiro dia de gestão, ações drásticas para combater a criminalidade ambiental, que avançou significativamente nos últimos anos, por razões que são conhecidas e que contribuíram para manchar a imagem e para aprofundar o isolamento internacional do Brasil. Graças a essas ações, e à retomada de um diálogo construtivo com a sociedade e com nossos parceiros internacionais, o mundo hoje conhece o desastre humanitário e ambiental das comunidades ianomâmis, bem como o avanço do desmatamento. Essas tendências destrutivas já começaram a ser revertidas, na prática, e as metas de redução do desmatamento serão atingidas, como já ocorreu nas gestões anteriores do Presidente.

CO Popular - Espera-se que o novo governo retome o protagonismo do Brasil na integração sul-americana. Como deverá ser a atuação do Brasil no Mercosul para que esse objetivo seja atingido?

Ministro Mauro Vieira - Uma das primeiras medidas do novo governo foi a de reintegrar o Brasil à Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), ainda em janeiro, com a participação do Presidente Lula na cúpula do grupo, em Buenos Aires. A mesma decisão foi tomada em relação à Unasul, que é um âmbito de concertação na América do Sul com ótimos serviços prestados aos países da região, não apenas na resolução de situações de crise, mas também na discussão e implantação de iniciativas de integração, inclusive de projetos de infraestrutura. O trabalho na Celac e o relançamento da Unasul vão contar com o decidido engajamento do Brasil, até porque, não podemos nos esquecer, a integração latino-americana é um mandamento constitucional. Quanto ao Mercosul, concordo que existe a necessidade de revitalização de seus mecanismos. Mas noto um certo exagero nas críticas; acho que não cabe, por exemplo, falar em paralisia. As cifras recentes de retomada do comércio intrabloco e os próprios agentes econômicos vêm desmentindo essa visão pessimista, e todos os países do bloco vêm se beneficiando desses fluxos, e da recuperação que estamos acompanhando.

CO Popular - No panorama internacional nos últimos anos, o país foi relegado a um incontestável isolamento. Como o governo pretende retomar o diálogo com os mais importantes atores da geopolítica global?

Ministro Mauro Vieira - Essa retomada já está acontecendo, a pleno vapor. E minha agenda de viagens e as viagens presidenciais evidenciam a prioridade que estamos conferindo a esse esforço. Para que se tenha uma ideia, nos três primeiros meses de governo mantive 70 reuniões bilaterais com chanceleres, autoridades de primeiro escalão, dirigentes de organismos

internacionais e chefes de Estado e de governo, sem falar nos encontros do Presidente Lula com chefes de Estado e de governo que também teve a oportunidade de acompanhar. Graças a isso, já recuperamos muito terreno. Temos ainda muito trabalho pela frente, mas a comunidade internacional recebeu a volta do Brasil de braços abertos.

CO Popular - Nos últimos anos, houve grande mudança de cenário para os integrantes dos Brics. O Presidente Lula declarou que fortaleceria o bloco, esquecido pelo governo anterior. Quais diretrizes o governo pretende adotar para implementar esse fortalecimento?

Ministro Mauro Vieira - A velocidade da mudança é realmente impressionante no mundo, e os Brics são referência em matéria de vitalidade econômica, como mostram esses números da China e da Índia. Não podemos nos esquecer de que o Brasil chegou a ocupar, em 2011, a posição de sexta maior economia do mundo, e isso demonstra que temos muito terreno a recuperar nos próximos anos, e que a diplomacia é uma das ferramentas para alcançar esse objetivo. É um papel que vai muito além da dimensão econômica desses países, e que envolve também desafios existenciais enfrentados pela humanidade no momento, como o das mudanças climáticas.

CO Popular - O governo brasileiro tem avaliado se vale ou não a pena continuar mantendo a sua candidatura a integrar a OCDE. O país pretende reduzir com esse que é um importante grupo econômico?

Ministro Mauro Vieira - São negociações complexas, que requerem tempo e mudanças legislativas internas. Mas é preciso conter expectativas exageradas quanto a prazos, por exemplo; para que tenhamos uma ideia, os países latino-americanos de ingresso mais recente, como a Costa Rica e a Colômbia, negociaram o processo de acesso durante sete anos. Nosso processo de acesso foi anunciado há pouco menos de um ano; temos muito trabalho pela frente, em várias áreas, e o novo governo está avaliando as obrigações e vantagens decorrentes do ingresso como membro pleno da OCDE. É bom lembrar também que o Brasil participa há décadas de diferentes foros da OCDE, com bons resultados setoriais. Mas é sempre importante reiterar o fato de que ingressar em uma organização não tem o poder de mudar o “status” de desenvolvimento econômico de um país, e a própria composição da OCDE demonstra esse fato. Ser aceito como membro pleno, ao final do longo e complexo processo negociador que se iniciou em 2022, é uma consequência natural desse processo histórico de aproximação, e os benefícios são mútuos: a OCDE também tem muito a ganhar com o ingresso de um país com o peso do Brasil.

MT ILUMINADO

Governo do Estado vai entregar mais 10 mil luminárias de LED para Cuiabá

Investimento em lâmpadas mais potentes para a capital chega a R\$ 5,2 milhões

■ | Da Redação

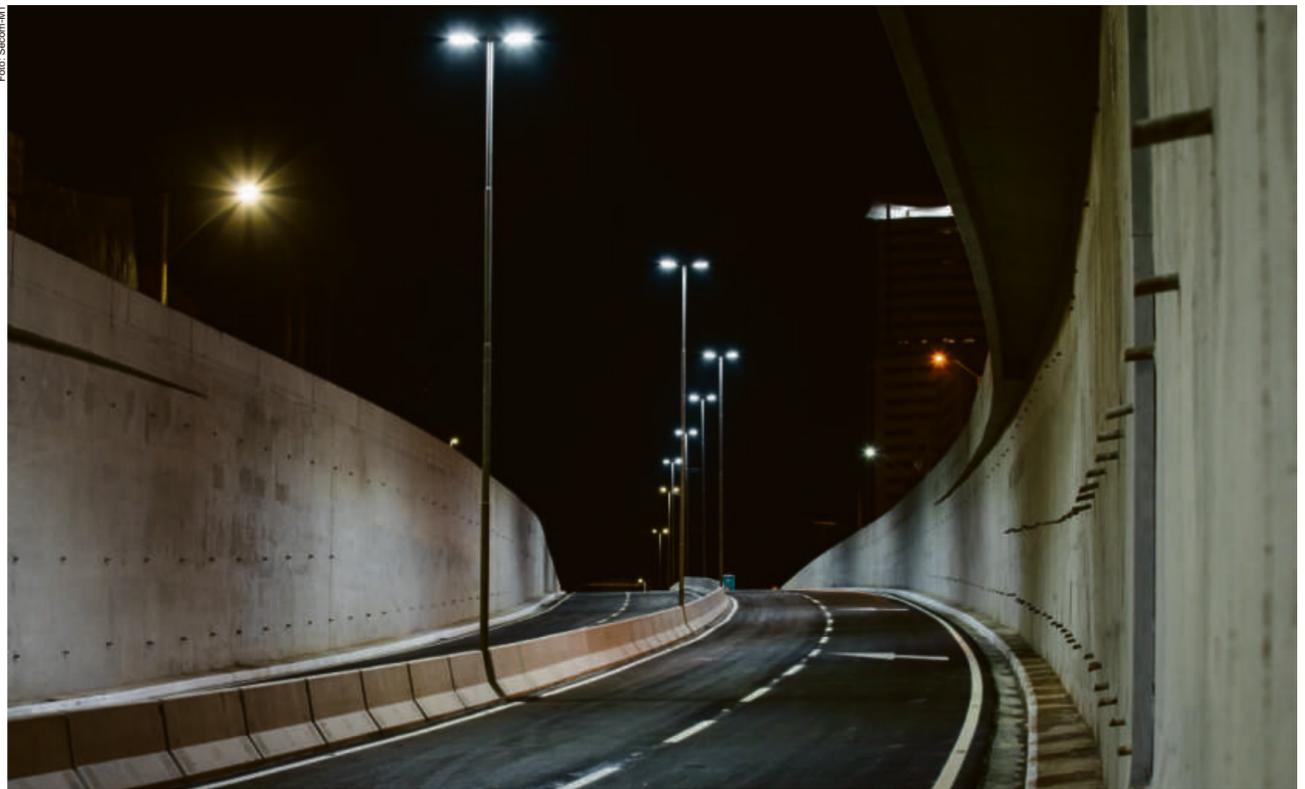
O Governo de Mato Grosso vai entregar mais 10.763 luminárias de LED do programa MT Iluminado para a Empresa Cuiabana de Limpeza Urbana (Limpurb). Com isso, o número de lâmpadas entregues pelo Estado à capital chegará a 12.846, o que representa um investimento de R\$ 5,2 milhões.

De acordo com o termo aditivo publicado no Diário Oficial, serão entregues 6.698 luminárias de 60 Watts, 1.881 de 100 W, 1.246 de 150 W e 938 de 200 W. As lâmpadas mais potentes são indicadas para vias de maior trânsito.

Com a formalização do convênio, o Estado repassa o material para a Limpurb, que será responsável pela substituição dos pontos de iluminação pública na capital. Os locais de instalação seguirão os projetos apresentados por Cuiabá e aprovadas pela Sinfra-MT).

Em Cuiabá, algumas pendências impediram o Estado de firmar convênios com a prefeitura. Por isso, o convênio foi firmado com a Limpurb, após parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado. Assim, a capital foi a última a retirar as lâmpadas.

Até o momento, 205.419 luminárias foram instaladas pelos 132 municípios que participam do programa. Sorriso (18.150 luminárias), Lucas do Rio Verde (13.796), Várzea Grande (13.372) e Si-



Os locais de instalação seguirão os projetos apresentados por Cuiabá e aprovadas pela Sinfra

nop (12.330) são os municípios com o maior número de lâmpadas instaladas.

O objetivo do programa é transformar Mato Grosso no primeiro Estado brasileiro a ser 100% iluminado com lâmpadas de LED, que são mais econômicas e duráveis do que as lâmpadas a vapor, geralmente usadas em ruas e avenidas. A tecnologia é o que há de mais moderna em iluminação atualmente.

No MT Iluminado, os municípios devem apresentar uma série de documentos à Sinfra-MT para formalizar o convênio, incluindo projetos, croqui do local onde as lâmpadas serão instaladas, Anotação de Responsabilidade Técnica da substituição das luminárias, quadro-resumo, registro fotográfico e declaração de execução.

As luminárias de LED adquiridas pelo Governo do Estado vêm com tomada para acendimento au-

tomático no período noturno, corpo em liga de alumínio injetado de alta pressão, pintura eletrostática resistente à corrosão e garantia de qualidade total mínima de cinco anos para todo o conjunto. Além disso, as luminárias serão fornecidas completamente montadas e prontas para serem conectadas à rede de distribuição.

O MT Iluminado é uma ação realizada em parceria com a MT Par.

JUSTIÇA PARA TODOS

Advocacia pública do estado ganha reforço de mais 10 defensores e defensoras concursados

Com a nomeação e posse dos advogados e advogadas, a Defensoria Pública de Mato Grosso espera alcançar 100% de toda a população do Estado em situação de vulnerabilidade

■ | Da Redação

Foram nomeados e empossados aos cargos no quadro da Defensoria Pública de Mato Grosso (DPMT), 10 nos novas defensoras e defensores e mais 10 servidores públicos. O grupo faz parte dos aprovados e já convocados do VI Concurso para seleção de defensores e II Concurso para seleção de servidores de apoio administrativo do órgão. A solenidade de posse foi realizada no Teatro Zulmira Canavarros na semana passada e contou com a presença de autoridades do Judiciário e demais órgãos autônomos, além de familiares dos empossados.

Com o reforço nos recursos humanos, a Defensoria Pública expande seu atendimento e alcança 81% das 79 comarcas do Estado, o que significa a oferta de acesso à Justiça para cerca de 3 milhões de habitantes.

"A luta para chegarmos até aqui não foi fácil. Foram muitas conversas, muitas reuniões, muitos choros - no sentido de apresentação das necessidades da Defensoria -, algumas noites de sono perdidas. Estamos avançando e nosso objetivo é atingir todas as comarcas de Mato Grosso com um atendimento ágil, eficiente e de qualidade. Estamos no caminho, faremos uma nova posse no início de dezembro para que, em 2024, tenhamos a assistência da Defensoria em todas as 79 Comarcas do Estado", frisou Luziane Castro.

A defensora-geral informa que os primeiros 10 defensores empossados exercerão suas funções em comarcas onde o trabalho era feito por cumulação, por defensores já lotados em outras localidades. Antes, porém, eles passarão por capacita-



Defensora Pública Geral Luziane Castro: "somos partes fundamentais do serviço público e podemos realmente transformar vidas e tornar nossa sociedade mais justa"

ção na Escola Superior da Defensoria Pública, entre os dias 1º e 14 de novembro, quando terão oportunidade de conhecer a Instituição, as ferramentas de trabalho disponíveis, o foco da atuação do órgão, direitos e obrigações.

"A trajetória de cada um e cada uma de vocês, até aqui, não foi fácil. E a partir de agora, muitos outros novos desafios surgirão. Um dos maiores será o de estar sempre ao lado dos grupos sociais para os quais a Constituição Federal ainda é pouco mais do que uma promessa de vida digna. Diante de cada obstáculo, de cada direito negado ou de cada injustiça, não per-

cam a vontade de lutar. Gosto de lembrar sempre do que disse Cecília Meireles: 'Não venci todas as vezes que lutei, mas perdi todas as vezes que deixei de lutar'", completou.

Além dos 10 servidores que tomaram posse na cerimônia, outros quatro ingressarão no órgão dentro do prazo legal, estabelecido em 60 dias após a nomeação. Em dezembro, outros 12 defensores públicos serão nomeados e empossados. Eles deverão desempenhar suas funções nas comarcas onde a Defensoria Pública ainda não está instalada: Apicás, Aripuanã, Colniza, Cotriguaçu, Jauru, Marcelândia, Matupá, Nova Monte Verde, Pedra Preta, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Porto Esperidião, Querência, Rio Branco e Vila Rica. A desembargadora e presidente do Tribunal de Justiça, Clarice Claudino dos Silva, afirmou que foi uma alegria participar da solenidade de posse, por ser algo que vai atender a necessidade de pessoas que carecem da assistência da Defensoria Pública.

"É importante que com esse reforço o órgão pode estar presente naqueles lugares mais distantes,

onde dificilmente chega a figura do defensor público e isso faz parte de um planejamento para suprir a necessidade no Estado inteiro. E isso é muito alentador e vem ao encontro da vontade do Poder Judiciário de estar lado a lado com as outras instituições do Sistema de Justiça", disse.

Para a nova empossada como defensora pública, Renata Ferreira da Silva, 40 anos, a alegria de ser aprovada e ingressar na DPMT foi dupla. Ela explica que deixou o mesmo cargo na Defensoria Pública do Pará, após quatro meses de trabalho, por considerar o órgão em Mato Grosso mais estruturado e organizado. "E também, porque o meu marido passou aqui e acreditamos que ele também será chamado. Essa é a chance de atuarmos juntos, no mesmo Estado, na mesma instituição. Estamos muito felizes", comemorou.

Já a contadora Bárbara Gamicca, 33 anos, empossada numa das vagas mais cobiçadas entre os servidores públicos, a de controladora interna, conta que há 10 anos estuda para concurso, mesmo trabalhando como técnica de nível médio na Secretaria de Estado de Planejamento (Seplag). "Na Defensoria Pública espero servir da melhor forma e desenvolver com eficiência as atribuições do meu cargo. Vou atuar em nível superior e estou muito feliz e me sinto recompensada após um longo percurso de trabalho".

Participaram da cerimônia os integrantes da Administração Superior, o primeiro subdefensor público-geral, Rogério Borges Freitas, a segunda subdefensora-geral, Maria Cecília da Cunha, o secretário executivo, Clodoaldo Queiroz e a representante do corregedor-geral, a primeira subcorregedora Karol Bento. O diretor da Escola Superior, Paulo Marquezini, todos os integrantes do Conselho Superior da Instituição, o ouvidor-externo, Getúlio Pedroso e as presidentes das Associações de Servidores e Defensoras e Defensores Públicos, Alinne de Carvalho e Janaína Osaki, respectivamente.

O procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Júnior foi representado pela subprocuradora-geral de Justiça de Planejamento e Gestão, Hellen Ulian Kuriki e a delegada Geral da Polícia Civil de Mato Grosso, Daniela Maidel, também foi representada por Gianmarco Paccola.

Acesse:
www.copopular.com.br

ELEIÇÕES 2024

Eduardo Botelho confirma que vai disputar a prefeitura de Cuiabá pelo PSD

Após reunião com lideranças de vários partidos no feriado da semana passada, o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso disse que irá para o PSD, do ministro Carlos Fávaro

■ | Da Redação

O deputado estadual Eduardo Botelho (UB) refutou a ideia de submeter a decisão do União Brasil sobre quem deve ser o candidato do partido à prefeitura de Cuiabá a uma pesquisa entre seu nome e o nome de Fábio Garcia, deputado federal licenciado. "Já passamos do ponto do 'não retorno' pelo tanto que andamos, apoios e compromissos que já realizamos", disse Botelho explicando porque não tem como ele recuar da candidatura.

Segundo o deputado, não lhe resta outro caminho que a mudança do União Brasil para o PSD. "Se eles [grupo do governador Mauro Mendes] não me querem dentro do partido União Brasil como candidato, se vai prevalecer a vontade pessoal do governador, que é o Fábio Garcia, não tem problema nenhum que ele saia candidato lá e eu aqui [no PSD]. Quem vai decidir é Deus e o povo", afirmou o parlamentar em entrevista a jornalistas.

A decisão de Eduardo Botelho de filiar-se ao PSD foi muito bem pensada. O partido de centro direita comandando pelo senador licenciado Carlos Fávaro, atual ministro da Agricultura e Pecuária do governo do presidente Lula, além de pertencer ao arco de alianças do Governo Federal, tem a seu favor a facilidade de aglutinação de outras legendas, incluindo as de centro esquerda e de centro como o PDT,



Representantes de pelo menos oito partidos se reuniram com Eduardo Botelho para forjar uma ampla aliança em torno de sua candidatura

PSB e MDB, Republicanos e uma parcela representativa do próprio UB que segue as orientações dos caciques senador Jayme Campos e deputado estadual Júlio Campos.

A ida de Botelho para o PSD foi avalizada, inclusive, pelo presidente nacional do partido, ex-governador de São Paulo, Gilberto Kassab. "Já conversei com Kassab várias vezes. Ele já me ligou até num domingo, dizendo que está ansioso para eu ir para o partido. Já está tudo pronto, preparado para eu ir pro partido [PSD]. Saio do UB sem constrangimento, sem briga, nem nada", Eduardo Botelho na quinta-feira após um almoço com líderes partidários.

Na esfera local, o deputado segue firme e acelerando as conversações com po-

tenciais aliados ao seu projeto de candidatura. No feriado, estiveram com Botelho representantes dos partidos PDT, PTB, Republicanos, PSB, MDB, PSD, PP e Patriota. As conversas no encontro, ainda que informais, conduziram para a consolidação da candidatura do presidente do Parlamento Estadual à prefeitura da Capital sob o guarda-chuva político de uma ampla aliança partidária.

REAÇÃO NEGATIVA

Nas últimas semanas, Botelho direcionou vários de seus assessores e lideranças de sua base eleitoral à se filiar ao PSD, num movimento preparatório para o anúncio oficial de sua saída



Filiação do deputado Eduardo Botelho ao PSD está definida e ato formal é questão de tempo. União Brasil perderá massa eleitoral e pode ter "candidato zumbi" à prefeitura de Cuiabá

do União Brasil. Ao mesmo tempo, um forte movimento nos bastidores revelou que o Palácio Paiaguás sentiu a pressão, fazendo com que a primeira-dama do estado, Virgínia Mendes, reagisse de forma negativa.

Bastante ativa nas redes sociais e atuando como uma espécie de porta-voz dos "Fabistas" do União Brasil, a primeira-dama Virgínia Mendes publicou nas redes sociais a frase provocativa: "tá com medo da pesquisa". A provocação desdenhosa foi feita como um comentário a uma matéria de um site da capital que reportava a recusa de Botelho em se submeter ao critério da pesquisa interna no UB para definir seu futuro eleitoral. A primeira-dama já declarou publicamente que seu candidato preferido é Fábio Garcia.

O deputado preferiu, no primeiro momento, ignorar as provocações da primeira-dama. Botelho entende que o tempo das discussões entre integrantes do União já passou para ele. Agora, suas prioridades são fortalecer as bases políticas e ampliar ao máximo o arco de alianças externas para a futura disputa.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governador diz que não é justo que o cidadão pague os impostos de grandes setores

Segundo Mauro Mendes, a atual proposta da Reforma Tributária também pode trazer consequências graves para a economia de MT

■ | Da Redação

Antes de viajar para a China na semana passada, o governador Mauro Mendes se reuniu em Brasília com o relator da reforma, o senador Eduardo Braga. A primeira-dama Virginia Mendes e os senadores Mauro Carvalho e Margareth Buzetti acompanharam a agenda. No encontro com o senador, Mendes alertou que a atual proposta da Reforma Tributária pode aumentar a carga de impostos para os cidadãos assalariados e prejudicar Estados produtores, como Mato Grosso.

"Eu vejo essa reforma tributária com muita preocupação. O cidadão brasileiro acha que vai pagar menos impostos, mas isso não vai acontecer, porque grandes setores vão deixar de pagar os impostos completamente. Alguém vai ter que pagar essas despesas e vai ser o trabalhador, a classe média, os assalariados desse país. Isso não é justo", afirmou.



Mauro esteve em Brasília nesta quarta-feira, 01, para se reunir com o relator da reforma senador Eduardo Braga e voltou a defender período de transição mais lento e preservação de incentivos para o setor agroindustrial e de base

Ele enfatizou ainda que a redução de receita em razão das isenções pode ter consequências para Mato Grosso, um dos principais produtores nacionais. "Isso pode colapsar o nosso Estado a médio prazo, porque o custo dos municípios e do Governo Federal não deve diminuir. A tendência é só aumentar", pontuou Mauro Mendes.

Incentivos fiscais

O Chefe do Executivo mato-grossense destacou ainda que o texto como está sendo proposto poderá causar grande prejuízo às indústrias de Mato Grosso e dessas três regiões, além de afugentar novos investimentos, uma vez que irá eliminar os incentivos fiscais.

"O Brasil, ao longo das últimas décadas, fez um esforço gigantesco para industrializar a região norte, nordeste e centro-oeste do nosso país. E para isso foi usado aquilo que o mundo inteiro faz, que são os incentivos fiscais, criando mecanismos para compensar essas empresas pelo custo maior que elas têm de se instalar nessas regiões. E nós não podemos perder esse esforço de 30 anos, que já começou, que está em andamento", explicou.

Mauro Mendes destacou que é mais caro e difícil para uma indústria se instalar nessas regiões, e por isso é necessário que o Poder Público tenha medidas compensatórias.

"Nessas regiões, as indústrias têm um custo maior para produzir. A mão de obra é menos qualificada, a infraestrutura não é das melho-

res e está distante dos portos e dos grandes centros consumidores. Então, nós propusemos que essas indústrias possam, mesmo com o IBS [Imposto Sobre Bens e Serviços], ter um crédito presumido de 5%. Isso pode manter uma competitividade desses setores industriais e será um bem para o Brasil", registrou.

Também foi sugerido pelo governador que a extinção dos incentivos fiscais ocorra de forma mais lenta, para dar tempo aos estados de encontrarem novas alternativas para atrair as indústrias.

"Nós estamos defendendo que haja uma transição lenta até 2032, porque até 2032 existem milhares de incentivos fiscais concedidos em todo o Brasil, aprovados pelo Congresso Nacional através da Lei complementar 160, que foram convalidados e têm segurança jurídica. Então, se nós fizermos uma transição lenta até 2032, não precisaremos de dinheiro nesse fundo regional para compensar.

A senadora Margareth Buzetti também expressou suas preocupações com a reforma tributária. "O estado de Mato Grosso é produtor e exportador. Eu não tenho dúvida que as regiões produtoras serão as mais prejudicadas por essa reforma", disse.

Já o senador Mauro Carvalho afirmou que a expectativa é garantir a continuidade de arrecadação de Mato Grosso em função dos investimentos que estão sendo feitos pelo Governo.

"Mato Grosso é um dos estados que mais perde nessa reforma tributária. O que nós viemos fazer aqui foi conversar com o senador Eduardo Braga para encontrar o equilíbrio entre os estados produtores, como é o caso de Mato Grosso, e os estados consumidores. Esperamos manter a arrecadação para continuar investindo em infraestrutura, educação, segurança públicas e outras áreas importantes", finalizou.

Acesse:
www.tangaraonline





SÓ É LUTADOR QUEM SABE LUTAR CONSIGO MESMO. CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO DIA DO DENTISTA, CELEBRADO NO DIA 25 DE OUTUBRO.



O plenário estava repleto de profissionais excelentes da odontologia.

Parabéns a todos os dentistas, e parabéns para vencedora Michelly Alencar pela grande e merecida homenagem



17 DIAS

Otaviano Pivetta assume pela oitava vez o Governo de Mato Grosso

Durante a estadia do titular Mauro Mendes, que está em viagem oficial para a China e a Índia, Pivetta terá a missão de governar o estado

■ | Da Redação

O vice-governador Otaviano Pivetta assumiu, pela oitava vez, a titularidade do cargo de Governador de Mato Grosso. Ele irá comandar os destinos do estado durante a viagem oficial de Mauro Mendes (UB) à China e ao Bharat (Índia).

Mauro Mendes lidera uma missão com representantes dos setores produtivo e industrial, para promoção de Mato Grosso visando a abertura, diversificação e consolidação de mercado nos países asiáticos. O objetivo é mostrar as oportunidades de investimento no Estado, que é o que mais produz alimentos e preserva o meio ambiente.

Desde a primeira gestão de Mendes, Otaviano Pivetta já comandou o estado por sete vezes. Nesta nova oportunidade, o vice-governador mantém a serenidade e a discrição. "Vamos dar continuidade às ações e projetos do Governo do Estado para que Mato Grosso siga avançando em todas as áreas", disse o governador em exercício.

O impecável entrosamento entre Pivetta e Mendes fazem desses momentos de substituição quase um fato corriqueiro. O vice-governador sempre faz questão de deixar claro que "joga para o time" evita provocar alterações na rotina e na agenda do Governo Estadual.

AGENDA DE PRIORIDADES

Enquanto Mendes estiver fora do país, Pivetta vai seguir à risca as agendas prioritárias



Essa é a oitava vez que Pivetta assume o cargo desde a primeira gestão do governador Mauro Mendes, em 2019

do Governo nas áreas de projetos em logística, educação e assistência social. O governador em exercício também deve receber lideranças do interior, visitar algumas obras em andamento e assinar ordens de serviços para execução de projetos e leis já aprovadas por Mendes.

ARTICULAÇÕES POLÍTICAS

Potencial candidato à sucessão de Mauro Mendes em 2026, o governador em exercício evita tratar de assuntos relacionados

aos seus projetos políticos pessoais enquanto está no comando do estado. O padrão foi estabelecido nas vezes anteriores em que Pivetta substituiu Mendes. Mas, desta vez, pode ser diferente.

Otaviano Pivetta tem sua própria agenda como vice e como político que ambiciona governar como titular o estado e as articulações não devem ser interrompidas. Com a movimentação iniciada pelo senador Jayme Campos (UB) que tem insinuado a pretensão de candidatar-

se ao Executivo Estadual, Pivetta se vê pressionado a atuar de forma mais aberta e agressiva dentro da própria base governista.

Os encontros que irá manter com organizações, empresários, prefeitos, vereadores, deputados e senadores do estado serão oportunidades para fortalecer ainda mais seu nome e sua posição na preferência do grupo governista para encabeçar a chapa majoritária que irá disputar a manutenção da sua hegemonia no Governo do Estado.

SEM CONFLITO

Aécio nega qualquer desentendimento com Jayme e diz que apenas está cumprindo ordem do União

Citado como "pivô" da renúncia do deputado Dilmar da secretaria-geral do União Brasil

■ Lucas Leite | da Redação

O tesoureiro da associação União Brasil e presidente da Companhia Mato-Grossense de Gás, Aécio Rodrigues, negou qualquer conflito com membros do partido como o deputado Dilmar Dal Bosco e o senador Jayme Campos. Na semana passada, o nome de Aécio foi citado como um dos motivos que levaram Dilmar a demitir-se ao cargo de secretário-geral da agremiação partidária. Ao mesmo tempo, o deputado Júlio Campos revelou uma conversa dura entre o Aécio e Jayme, na qual disse que o senador solicitar a organização célere da diretoria interina da ligação em Várzea Grande. Porém, em resposta a questionamentos da mídia, Aécio renunciou e encerrou o assunto para evitar que a situação se agravasse. Ele disse que apenas seguia ordens dentro do partido e muitas vezes elas estavam fora de sincronia.

"São apenas algumas ponderações que são bem colocadas pelo senador e pelos deputados, estive a todo tempo com o senador Jayme Campos explicando como funciona a parte prática do partido. Tudo o que foi feito, foi feito com o aval do governador Mauro Mendes, o presidente da legenda. Dilmar é um excelente deputado, antigo no nosso partido e tenho o maior respeito por ele. Não existe essa questão



Aécio Rodrigues, negou qualquer conflito com membros do partido como o deputado Dilmar Dal Bosco e o senador Jayme Campos

de ter a senha ou não. Meu objetivo sempre foi incluir os diretórios, às vezes demorava um pouco, porque dependemos em alguns municípios de um consenso entre os deputados, senadores e com o governador, para fazer dar certo. Tenho minha função como tesoureiro e es-

tou tranquilo quanto a isso. O que me pedem para fazer, tanto deputados, senadores e o governador, estou sempre pronto para fazer. Não existiu um desentendimento entre mim e o senador Jayme Campos. Cumpro o máximo para atender todo mundo", explicou Aécio.

"Não houve nenhuma ofensa, esculhambação de ninguém. Estamos sempre alinhados. Cumpro o que cada um pede e às vezes o que um pede pode ser diferente do outro", pontuou.

O desconforto no partido foi relatado à imprensa pelos irmãos Campos. Júlio confirma que o colega Dilmar Dal Bosco não tem escolha a não ser renunciar ao cargo de secretário-geral da associação União Brasil (UB), já que o presidente da legenda associação UB confiou a outra pessoa a coordenação da formação de dirigentes no estado de Mato Grosso, governador Mauro Mendes. Segundo ele, a senha do partido para se cadastrar na Justiça Eleitoral, que deveria ter sido repassada a Dilmar, foi dada por Mauro a Aécio.

Em carta remetida aos dirigentes partidários, liderado pelo governador Mauro Mendes, Dilmar disse não ter tido tempo suficiente para cumprir suas funções. Mas nos bastidores, os ativistas do partido dizem que o problema decorre, na verdade, de queixas políticas. Júlio também comentou a situação dos diretores da associação em Várzea Grande, eterno reduto dos Campos. Segundo ele, Aécio acelerou a regularização da municipalização de várzea-grandense após "esculhambada" do senador Jayme Campos.

"Teve algumas matérias que falaram sobre desentendimento entre mim e o senador Jayme, mas isso não existiu. Ele me ligou por volta das 10h perguntando sobre o diretório de Várzea Grande. Falei que já estava tudo certo e iria atrás do aval do governador e às 17h estava tudo no sistema, inclusive, tinha me pedido dois municípios que era Paranatinga e Várzea Grande", apazigua Aécio.

Acesse:
www.anoticiamt.com.br

AnotíciaMT
.com.br

ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO

Lula sanciona lei baseada em iniciativa criada pela primeira-dama de Cuiabá

A lei federal foi inspirada no programa Solidariedade em Ação que nasceu em Cuiabá em 2019 por iniciativa de Márcia Pinheiro, primeira dama do município

■ | Da Redação

A lei que institui pensão aos filhos e dependentes menores de 18 anos de mulheres vítimas de feminicídio foi sancionada nesta terça-feira (31), pela presidência da República. O Programa de Auxílio aos Órfãos do Feminicídio (PAOF), anteriormente chamado de Solidariedade em Ação, nasceu em Cuiabá em 2019, idealizado pela primeira-dama Márcia Pinheiro e coordenado pela Secretaria Municipal da Mulher.



Márcia Pinheiro e Lula dão as mãos em defesa dos órfãos de feminicídio. Pensão no valor de um salário mínimo será paga ao conjunto de filhos menores órfãos de mães assassinadas por maridos, companheiros ou ex-cônjuge

Atualmente, o PAOF de Cuiabá atende 17 crianças de 10 famílias diferentes e os benefícios são pagos desde junho de 2022, o que representa um investimento socioassistencial de aproximadamente R\$ 170 mil.

"Nós estamos acompanhando, há mais de 1 ano, esse envolvimento nacional com essa causa a partir da nossa iniciativa. Muitos estados e cidades aderiram ao nosso programa, o que fez a Câmara criar um projeto de lei que passa a ser sancionado pelo presidente Lula", disse a primeira-dama.

Estados como São Paulo, Sergipe, Rio de Janeiro, Acre e Pernambuco replicaram, de 2021 pra cá, a iniciativa pioneira de transferência de renda para os órfãos do feminicídio.

Ainda de acordo com Márcia, o benefício de R\$ 1.320 (salário mínimo atualizado) é de extrema importância socioassistencial para essas crianças e, principalmente para as famílias que passam a ter a guarda permanente.

"Essas famílias, de uma hora para outra, se veem na necessidade de oferecer um lar com segurança financeira, emocional e toda estrutura familiar. Esse salário mínimo ajuda em necessidades médicas, escolares e mesmo alimentares."

O texto da lei, assim como o de Cuiabá, estabelece que o benefício será concedido aos órfãos cuja renda familiar mensal per capita seja de até 25% do salário mínimo.

A pensão instituída, no valor de um salário mínimo, será paga ao conjunto dos filhos que eram menores de idade na data do óbito da mãe, mesmo que o feminicídio tenha ocorrido anteriormente à publicação da Lei.

ESCOLAS FECHADAS

Secretário de Educação é pressionado por mudanças na política de "redimensionamento" que fecha escolas em MT

Alan Porto disse em audiência pública na Assembleia Legislativa que vai criar uma comissão para discutir solução para as demandas apresentadas pela sociedade e comunidade escolar

■ | Da Redação

O secretário Alan Porto, da Secretária Estadual de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT), que foi convocado e participou de uma audiência pública na Assembleia Legislativa na última semana, foi questionado e pressionado a realizar mudanças na atual política de gestão escolar do estado. O modelo que vem sendo aplicado pela Seduc-MT promove o fechamento de escolas, impõe a militarização em unidades escolares da rede estadual e transfere de responsabilidades do Governo do Estado para os municípios.

Os problemas decorrentes dessa política foram as pautas principais da audiência pública convocada e coordenada pelo deputado estadual Lúdio Cabral (PT). O gestor da Seduc-MT foi convocado para discutir o fechamento de turmas e escolas, a transferência da responsabilidade do estado com a educação para escolas municipais dentro do que chamam de "redimensionamento" da rede estadual de ensino.

"Nós temos recebido muitas denúncias e reclamações de pais que estão desesperados porque os filhos estudam numa escola perto de casa e agora estão remanejados para escolas que eles não sabem nem quais são e ainda ficam distantes de onde moram", exemplificou o parlamentar.

Segundo o deputado, a medida faz parte de uma polêmica política de educação adotada pelo governo do estado que está muito questionada por pais e também por profissionais especialistas em ensino. "Esse é um debate que está acontecendo desde 2020, com o Estado defendendo que se trata de um redimensionamento quando os fatos apontam para um desmonte. Deixamos claro que [a política da Seduc] se trata de puro e simples fechamento de escola e de turmas para se livrar de responsabilidades que são do Governo do Estado", disse o deputado.



Deputado Lúdio Cabral comandou os debates durante a audiência pública que tratou da política da Seduc-MT que promove o fechamento de escolas e repassa aos municípios obrigações do estado

Segundo levantamento apresentado pelo parlamentar, a rede estadual contava, em 2019, com 760 escolas. Com as mudanças, até 2024, o estado terá apenas 648 escolas. "São mais de 120 escolas fechadas e mais as turmas encerradas nas escolas que permanecem abertas. É uma diminuição significativa de uma estrutura que deveria aumentar e não diminuir", criticou Lúdio Cabral.

Acompanhado de uma equipe técnica, o secretário Alan Porto apresentou respostas aos questionamentos levantados durante a audiência tentando justificar as suas decisões e a política estabelecida pelo governador Mauro Mendes (UB). Porto defendeu as mudanças como um projeto de modernização do ensino que segue práticas adotadas em estados onde os índices de desempenho dos alunos são referências nacionais.

"O que acontece na educação em Mato Grosso desde 2021 é uma reestruturação e reorganização das redes de ensino. O que procuramos fazer é restabelecer com o município a responsabilização dos alunos até a quinta série do fundamental, ficando o Estado com as séries finais, do sexto ao nono ano", insistiu o secretário.

O titular da Seduc-MT disse que nenhuma escola está sendo fechada. "As escolas que não vão servir mais para o Estado estão sendo

desativadas para o município, para essa adequação", disse, confirmando que, de fato, o estado está reduzindo sua rede de ensino e repassando obrigações para os municípios. "Não existe um fechamento, apenas um reordenamento para garantir a qualidade do ensino para os estudantes de Mato Grosso", reforçou Porto.

Na realocação dos alunos, o secretário explicou que os estudantes remanejados estão sendo encaminhados para unidades dentro de um perímetro de duzentos metros do domicílio familiar. No entanto, não apresentou nenhuma comprovação para esta afirmação.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público (Sintep), Valdeir Pereira, as mudanças representam uma sobrecarga para os municípios, o que compromete ainda mais a atribuição com educação infantil. "O município já tem dificuldade de atender aquilo que é a sua coobrigação primária com a educação infantil, e hoje recebe uma carga além daquilo que comporta o orçamento da maioria dos municípios do estado", alerta o presidente.

Além do remanejamento de alunos, também foram discutidos temas como a lotação dos professores e pedagogos das unidades e turmas encerradas. "O Estado já fez um estudo e esses profissionais estão sendo atribuídos de acordo com as demandas ou cedidos aos muni-

cípios", afirmou. O secretário explicou ainda que no caso dos pedagogos, alguns estão sendo atribuídos como professores auxiliares.

Outro ponto bastante discutido foi o aumento de 20 para 24 aulas semanais e turmas atribuídas por professor. "O que estamos fazendo, com base em evidências que mostram defasagem de aprendizagem dos estudantes em língua portuguesa e matemática, é criando uma quinta aula para ajudar os estudantes. O que queremos é recompor a aprendizagem com um reforço nas aulas", defendeu o secretário.

"O que a Seduc está fazendo é diminuir a necessidade de profissionais de educação, sobrecarregando o efetivo e reduzindo a contratação de interino para fazer economia. Desqualificando os profissionais da educação estadual", denunciou Lúdio Cabral.

As alterações da matriz curricular no sistema de ensino público estadual e a retirada da disciplina língua espanhola da matriz curricular também foram debatidas.

Ao final da audiência, o secretário se comprometeu em criar uma comissão para discutir as demandas de forma aprofundada. "Ficou combinado aqui na audiência que vai ser criado um cronograma de reuniões com unidades escolares e comunidades para discutir as demandas que estão sendo apresentadas", afirmou o secretário.